

A SOLIDÃO COMO OPÇÃO PESSOAL NO PORTUGAL DE QUINHENTOS: O CASO DE D. DUARTE (1541-1576)

PAULA ALMEIDA MENDES*

Resumo: Este estudo procura chamar a atenção para a figura de D. Duarte (1541-1576), V duque de Guimarães e condestável do reino, que, por escolha pessoal, optou por um modelo de vida solitária. Partindo da análise de vários textos, procurou-se compreender as razões e as circunstâncias que terão conduzido D. Duarte a tomar essa decisão. Com efeito, o seu isolamento aproxima-o de outros altos exemplos, na linha da fuga da ambiência da corte, como se a solidão voluntária constituísse um sinal de perfeição moral e espiritual. Por outro lado, as fontes consultadas parecem inscrever-se em uma moldura que passava pela promoção da «santidade» — ou, pelo menos, da virtude — de D. Duarte, refletindo a perenidade do prestígio do modelo de santidade nobiliárquica.

Palavras-chave: D. Duarte; Solidão; Corte; Virtude; Século XVI.

Abstract: This study seeks to draw attention to the figure of D. Duarte (1541-1576), V Duke of Guimarães and Constable of Portugal, who, by personal choice, opted for a model of solitary life. Starting from the analysis of several texts, we sought to understand the reasons and circumstances that led D. Duarte to make this decision. In effect, his isolation brings him closer to other examples, along the lines of escaping the ambience of the court, as if voluntary solitude constituted a sign of moral and spiritual perfection. On the other hand, the sources consulted seem to fit into a framework that involved promoting the «sanctity» — or, at least, the virtue — of D. Duarte, reflecting the perennial prestige of the model of noble sanctity.

Keywords: D. Duarte; Loneliness; Court; Virtue; 16th century.

1. «La solitude transforme le regard sur le monde: parfois elle lui donne de l'altitude, parfois elle entretient une rêverie paresseuse, mais plus souvent elle est vécue comme un malheur. Être abandonné, discriminé, écarté, disqualifié, condamné à la solitude, c'est vivre une mort sociale. [...] Cependant, rien ne peut remplacer l'expérience de la solitude. Fondée sur la liberté et la vie intérieure, elle offre depuis toujours une sorte de contre-mo-dèle à la société» (Melchior-Bonnet 2023, pp. 7-8).

É com estas palavras que Sabine Melchior-Bonnet, na sua obra *Histoire de la solitude. De l'ermite à la célibataire* (2023), equaciona as várias dimensões que poderão configurar a problemática polarizada em torno da solidão. São várias as circunstâncias que poderão contribuir para o isolamento social, criando clivagens, impostas ou voluntárias, que refletem a complexidade de que aquele se reveste. Com efeito, a solidão, quando

* FLUP/CITCEM (UIDB/04059; DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>). Email: pmendes@letras.up.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5748-6350>.

originada pela separação, pelo celibato, é, em regra geral, perspectivada como um aspeto negativo: mas, sob outros pontos de vista, poderá também constituir um meio de evasão, representando uma forma de reação a um paradigma social tradicional.

Como é bem sabido, Aristóteles definiu o homem como um animal social, realçando as características que o tornam um ser gregário. Contudo, vários exemplos atestam que o isolamento se configurou como uma opção pessoal para várias pessoas, levando-nos a questionar se a literatura terá exercido alguma influência nesse sentido.

Ao longo da Idade Média e do século XVI, o elogio da vida eremítica, a opção pela vida solitária e a valorização do ideal do *contemptus mundi* declinam-se em hagiografias protagonizadas por anacoretas ou em textos filosóficos ou morais, como o *De Vita Solitaria* de Petrarca, o *De contempto mundi epistola* de Erasmo ou o *Diálogo de la Dignidad del Hombre* de Fernán Pérez de Oliva (Vega Ramos 2002, pp. 2419-2432). De resto, é bem sabido como o eremitismo conheceu, no início do século XVI, em Portugal, uma significativa receção em alguns círculos cultos (Rosa 2004, pp. 492-495), visível, já em 1515, com a edição de uma tradução do *Boosco Deleitoso*, impressa por Hermão de Campos, que se socorria, em boa medida, do *De Vita Solitaria*, de Petrarca (Santos 1989, pp. 91-108; Carvalho 2022, pp. XXI-XLI).

Por outro lado, a emergência de uma linha da corrente anticortesã, na esteira das tradicionais críticas às «misérias dos cortesãos» (Smith 1966; Peyrebonne, Tarrête e Thomine, ed., 2018), concretizadas em obras como o *De Miseriis Curialum* (meados do século XV) de Enea Silvio Piccolomini, que foi traduzido para castelhano sob o título *Tratado de la Miseria de los Cortesanos*, versão da qual se fez uma edição em Coimbra, nos prelos de João de Barreira, em 1563, constituiu um facto de relevante importância. Com efeito, esta obra declina um elogio da vida solitária, como mostra este excerto:

Es gran recreación de los hombres el apartamiento para exercitar el ingenio: quando alguno se retrae en lugar solitario y contempla o lee o escribe y se da todo a la sciencia, y agora lee Platón, agora Aristóteles, agora Tullio, agora Virgilio, y habla con los doctores que ya ha mucho tiempo que fueron muertos, aunque biven por la fama, y por lo que dexaron escrito. Mas deste placer están privados los cortesanos [...]. Y si por ventura alguna partezilla de la mesa escogeres en la qual quieres leer o escrevir alguna cosa, luego verná otro que te estorve (Piccolomini 2018, p. 164).

Tendo em conta esta moldura, a nossa atenção centrar-se-á na figura de D. Duarte, V duque de Guimarães e condestável do reino, no sentido de reconstruir o seu retrato, que poderá ser perspectivado sob várias dimensões — política, militar, cultural e espiritual — e de compreender as razões que terão conduzido ao seu afastamento da corte e ao isolamento em Évora.

2. D. Duarte, filho póstumo do infante D. Duarte (filho do rei D. Manuel I e de sua segunda mulher, D. Maria), e de D. Isabel (filha de D. Jaime, duque de Bragança, e de sua primeira mulher, D. Leonor de Gusmão), nasceu em Almeirim, em março de 1541 (Sousa 1938, p. 144; Sousa 1947, p. 258).

André de Resende, na *Vida do Infante D. Duarte*, traçou um retrato modelar deste filho de D. Manuel I e da rainha D. Maria, declinando a imagem de um perfeito «príncipe cristão», escorada na valorização do saber e da formação humanista — que atesta, efetivamente, o empenho que o rei português dedicou à educação dos seus filhos, gizando uma política que seria seguida pelo seu filho mais velho, D. João III — e das virtudes cardeais e morais. Conta-nos André de Resende que o infante D. Duarte foi «limpíssimo e casto e muito fora dos costumes dos mancebos solteiros» e, já depois, no estado de casado, «teve e guardou muita limpeza no matrimónio, com singular amor à Infanta, sua mulher» (Resende 2009, p. 127); depois de casar, «assentou e acrescentou mais no repouso e gravidade, fazendo-se menos fragueiro e monteador e ocupando-se mais em o governo de sua casa e estado e em exercício de letras» (Resende 2009, p. 129); «em todo o processo de sua vida foi muito católico e teve grande acatamento às cousas eclesiásticas» e «era tão obediente à Santa Sede Apostólica e tinha em tanta reverência ao Sumo Pontífice, Vigário de Cristo, que em nenhum modo sofria ouvir falar dele mal, posto que era em tempo que o imperador Carlos V, seu primo com irmão, tinha com o papa Clemente diferenças e desgostos» (Resende 2009, p. 133); no «comer foi muito regrado, abstinente e jejuador; nunca bebeu vinho, nem por ocasião» (Resende 2009, p. 135); «ouvira sua missa quotidiana com tanta atenção e fervor da alma, que parecia em aquele espaço estar o seu espírito todo transportado e alienado da carne», foi «devotíssimo da Cruz e Paixão de Nosso Senhor, e muito mais des que teve Santa Cruz de Coimbra em comenda» e, além de tudo isto, «trouxe muito tempo um áspero cilício junto da carne, debaixo da camisa, tão secretamente, que nunca foi sabido senão acaso, poucos dias antes que falecesse, e fazendo todas estas cousas para com Deus católica e religiosamente, mais a modo de frade religioso penitente, que de mimoso príncipe» (Resende 2009, p. 135).

A mãe de D. Duarte, a infanta D. Isabel, foi «discreta no juízo, virtuosa nas obras, bem inclinada na condição, muy exemplar, e devota»¹.

Deste modo, os testemunhos evocados parecem refletir que, no século XVI, estava ainda arreigada a convicção clássica de que haveria uma ligação imediata entre nobreza de carácter e nobreza de nascimento (Vauchez 1977, pp. 397-407). E essa dimensão, como tentaremos mostrar, parece também marcar a construção do perfil de D. Duarte, a partir dos testemunhos que nos chegaram.

¹ Era a infanta D. Isabel tão aplicada, como «refere João Franco Barreto, na sua Bibliotheca», que D. António Caetano de Sousa viu na livreria do duque de Cadaval, «que escreveu, e ordenou dous livros de tudo o que ouvia nos Sermões com notas sobre os Textos, que referia, tudo da sua própria mão» (Sousa 1947, p. 254).

Sendo neto do rei D. Manuel I, seria, naturalmente, expectável que D. Duarte viesse a ocupar um lugar de relevo na moldura política da segunda metade de Quinhentos. Tal aconteceu, quando, em 1557, D. Duarte sucedeu ao infante D. Luís, seu tio, no cargo de condestável do reino, tornando-se, deste modo, numa das figuras de maior destaque no que diz respeito ao desempenho de funções políticas e militares. D. Duarte é, assim, uma personagem que se inscreve em uma ambiência áulica e que, à partida, parece «corporizar» um modelo de masculinidade dominante no século XVI.

Alguns estudos recentes chamaram já a atenção para a afirmação de um modelo de masculinidade hegemónico ou dominante, entre o final do século XV e o início do século XVI, que surge como consequência da progressiva transformação do modelo do cortesão e das renovadas exigências impostas pela «civildade» em contexto de corte (Anglo 1997, pp. 33-53). Os dois grandes vetores que marcavam esse modelo hegemónico eram o ideal cavaleiresco — que continua muito presente no ideário do século XVI, marcado por uma dimensão de heroísmo que passa também pelo impacto da redescoberta da biografia clássica nos círculos eruditos do humanismo — e o papel do *paterfamilias*. Neste sentido, os modelos de masculinidade hegemónica — o cortesão/o válido (Foyster 1999; Broomhall e Van Gent 2011) — foram divulgados através de vários textos que, inscrevendo-se no filão da literatura de comportamento social, valorizavam as características especificamente humanas que afastavam o homem da *feritas*, sublinhavam a importância das «civilités» (Magendie [s.d.]). Deste modo, a indumentária, a barba, os jogos, como o xadrez, são aspetos fundamentais que configuram o modelo de masculinidade hegemónica neste período. Contudo, é importante não perder de vista que, como já referimos, uma corrente «anti-cortesã», que se traduziu na produção de vários textos que chamavam a atenção para os «vícios» e as «misérias» dos cortesãos, se foi afirmando ao longo do período em questão.

O exercício do cargo de condestável, assim como o facto de ser membro da família de Avis, justificariam, naturalmente, a sua relação próxima com D. João III² e, após a sua morte, com D. Sebastião³ (ainda que, de acordo com alguns testemunhos, a relação com o «Desejado» não tenha sido a mais cordial). Assim o mostra, a título de exemplo, a *Relação da jornada d'el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora* (1573), escrita por João Cascão, cronista ao serviço de D. Duarte, por ocasião da viagem que o monarca fez ao Alentejo e ao Algarve, acompanhado, entre outros membros da corte, pelo condestável.

² De acordo com Sousa 1947, p. 258, «ElRey D. João o III seu tio o preferia em tudo a seu filho natural, o Senhor D. Duarte, declarando a este o tratamento de Senhoria, ao primo o de Excellencia, e que nos actos públicos precederia aos Embaixadores».

³ Lembremos este episódio recolhido nos *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI* (1997, p. 302): «Jogando el-rei D. Sebastião as tábulas com o Senhor D. Duarte, tiveram uma diferença em que ia o ganho daquele jogo. E el-rei perguntando com instância a dois fidalgos que aí estavam qual deles tinha razão, não ousaram eles de lhe dizer que perdera e responderam-lhe que o não entendiam; que aí estava D. João Coutinho, que era grande jogador, que o diria. E el-rei chamou a D. João e, perguntando-lho, respondeu ele: / — Senhor, Vossa Alteza perdeu, e Fuão e Fuão o sabem tão bem como eu. Mas viram a Vossa Alteza tamanho desejo de ganhar, que por isso lhe disseram que mo perguntasse a mim».

Enquanto condestável, D. Duarte exerceu um cargo de grande relevo. Essa situação justificaria que Diogo Álvares Correia dedicasse ao seu mecenas D. Duarte a versão portuguesa do tratado militar *Il Vallo*, sob o título *O Livro de Valo*. Como já realçaram Luís Costa e Sousa e Luís Falcão Fonseca, «a tradução do ‘livro de Valo’ consiste numa peça fundamental da escrita da guerra em Portugal do século XVI. A sua importância situa-se tanto dum ponto de vista estritamente militar, como serve como testemunho da atualização dos portugueses relativamente ao conhecimento militar europeu — atualização ainda pouco reconhecida pela historiografia» (Sousa e Fonseca 2023, p. 72). De resto, D. Duarte participaria numa ação naval de natureza militar, no contexto da participação portuguesa na Santa Liga (Sousa e Fonseca 2023, p. 80).

As fontes que respigámos — nomeadamente dedicatórias, crónicas ou composições poéticas — permitem-nos reconstruir um retrato de D. Duarte que evidencia outras facetas, complementando a imagem de um nobre que parece, efetivamente, «corporizar» o modelo de masculinidade e de cortesão dominante na época.

Uma dessas facetas é a de mecenas, como o mostra o patrocínio que concedeu a Pero de Andrade Caminha. Como já sublinhou Vanda Anastácio, o poeta dedicou a D. Duarte várias composições, entre as quais se contam a ode «Vem nosso claro sol», em que o duque de Guimarães é retratado como uma personagem excecional que se destaca pelas suas valerosas ações, apresentadas como indícios de feitos heroicos futuros (Anastácio 1998, p. 148). Um outro texto, extremamente revelador, escrito no período de juventude de D. Duarte, é a écloga «Proteo», que exorta o jovem duque de Guimarães a dedicar-se, simultaneamente, às armas e às letras (Anastácio 1998, p. 203), declinando, assim, a valorização de um binómio que foi largamente exaltado pelo humanismo.

Por sua vez, Fr. Heitor Pinto, na *Segunda Parte dos Dialogos da Imagem da Vida Christam* (1572), tece um elogio da faceta espiritual e devota do condestável, sublinhando o «grande acatamento & veneração» que D. Duarte tinha «ao culto diuino, a deuação aos religiosos, a reuerencia aos sacerdotes» (Pinto 1572, «Prólogo»). O Pe. Baltasar Teles complementa a construção deste retrato exemplar, na *Chronica da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal*, destacando que D. Duarte tomava os exercícios espirituais, com a sua mãe e irmãs (Teles 1647, p. 179).

Todavia, de acordo com as fontes consultadas, D. Sebastião terá quase sempre manifestado uma certa hostilidade em relação a D. Duarte. Esse comportamento teria a ver com o facto de D. Duarte ser uma figura bastante apreciada — em quem, evocando as palavras de Jorge Ferreira de Vasconcelos, no *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*, «se via clara outra nova e alta esperança destes reinos» (Vasconcelos 1998, p. 378), e que ocupava, na linha de sucessão, o lugar imediatamente a seguir ao de D. Sebastião.

Luís Costa e Sousa e Luís Falcão Fonseca defendem que o esfriamento das relações entre D. Sebastião e D. Duarte foi originado por algumas vicissitudes que ocorreram no

contexto da primeira jornada a África, em 1574 (Sousa e Fonseca 2023, p. 84). Quando preparava a primeira expedição a Tânger, D. Sebastião ponderou confiar a chefia a D. Duarte, por ser o condestável do reino e merecer a sua confiança para assumir cargos de grande importância militar e política. Contudo, a sua escolha veio a recair em D. António, que acabaria por ser nomeado para governador de Tânger. Como relata Pero Roiz Soares, após o desembarque do rei naquela praça africana, os mouros fizeram uma investida, à qual D. Sebastião tentou dar resposta; no entanto, acabaria por ser contrariado por D. Duarte e por outros membros que integravam o seu Conselho (Soares 1953, p. 23). Luís Costa e Sousa e Luís Falcão Fonseca consideram que «a atitude prudente do condestável, talvez influenciada pela nomeação de D. António, poderá ter sido a causa primeira do esfriamento das relações com o rei. Uma vez regressados a Lisboa, D. Sebastião demonstrou publicamente o seu desagrado, como aliás fazia com todos os que manifestavam uma opinião contrária à sua, atingindo-o na sua dignidade ao não o convidar para os festejos que organizou na capital, forçando-o com isso a um exílio voluntário longe da corte, do qual já não viria a regressar» (Sousa e Fonseca 2023, p. 85).

Contudo, e de acordo com a *Crónica de el-rei D. Sebastião* atribuída a Fr. Bernardo da Cruz e editada por Alexandre Herculano em 1837, os agravos de D. Sebastião teriam começado antes. Apesar da sua condição e do alto cargo que ocupava, D. Duarte, tal como a rainha D. Catarina (Cruz 1837, p. 27), «era muito desfavorecido de El-rei, o qual, por ser muito manso de condição e cheio de religiosas virtudes, mostrou-se sempre mui sofrido de tudo, ainda que o sentia, tanto que se crê que, dos desgostos dos desfavores de El-Rei, viera morrer a Évora, aonde, depois da primeira vinda de África, se recolheu» (Cruz 1837, p. 28), junto do cardeal D. Henrique. De resto, não será despidendo recordar que os gastos despendidos por D. Duarte na preparação da armada, em 1572, e na primeira jornada de D. Sebastião a Marrocos, poderão ter depauperado o seu património financeiro, forçando-o a optar por um exílio voluntário.

Os últimos meses do seu isolamento são descritos num manuscrito intitulado *Relação da morte e exéquias do infante D. Duarte*, atualmente à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (A.T./L. 95), e que, tendo em conta a paginação, parece ter sido desmembrado de outro códice. De acordo com este relato, D. Duarte adoeceu a 22 de outubro de 1576, de «terçãns dobres», «com agastamentos do coração» (fl. 1r), depois de regressar de Vila Viçosa (lembramos que a sua mãe, D. Isabel, aí faleceu, a 16 de setembro do mesmo ano). O Pe. António Franco (S.J.), na sua *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espirito Santo de Evora do Reyno de Portugal* (1714), evoca também, no capítulo IX, «a santa morte do senhor Dom Duarte», realçando, compreensivelmente, a sua devoção à Companhia de Jesus e as suas práticas espirituais. Neste sentido, destaca que «Este Príncipe tratava com os da Companhia com grande familiaridade, como se fosse um Religioso particular. Erão os seus costumes de homem santo, & tal foy

a sua morte, que pôde servir de exemplar a qualquer bom Religioso» (Franco 1714, p. 44). O jesuíta tece também um elogio da sua humildade: «Estava elle hum dia no cubículo do Padre Ministro, entrou acaso hum Irmão Noviço com huma roupeta muy pobre; edificou-se, & fallando com o Noviço, além de outras cousas lhe disse: Irmão, com essa roupeta pobre tendes mais certo o Ceo, que eu com esta minha capa» (Franco 1714, p. 44). Durante a sua enfermidade, «quando depois de receber o Senhor lhe quizerão dar o lavatório de huma agua tocada com Reliquias; cuydando o Principe, que lhe querião dar alguma agua exquisita, em que houvesse particularidade, disse: Padre, dayme da agua do cantaro. Porque não queria em tal acto género algum de singularidade» (Franco 1714, p. 45). As suas práticas devotas são também destacadas: «Às Imagens tinha tanta veneração, que a todos os circunstantes enternecia, & admirava. Em quanto no aposento esteve hum Altar, onde ellas estavam, ainda que estivesse cansado de jazer de huma parte, nunca se virou de sorte, que ficasse com as costas para as Imagens» (Franco 1714, pp. 45-46). Com efeito,

este respeito às Santas Imagens se vio nelle mais, poucos dias antes de morrer. Há no Convento de Santa Monica de Evora huma Imagem do Menino JESU tida em grande veneração, & o Senhor por ella tem obrado cousas prodigiosas. Quizerão trazer esta Imagem ao senhor D. Duarte, para que em presença della pedisse ao Senhor lhe desse saude. Nunca o quiz consentir, & diante do Cardeal insistio com muytas razões, dizendo, que não convinha se fizesse tal cousa, não queria elle, que por sua ocasião perdesse o povo algũa parte da fé, que com tanta razão tinha naquela devota Imagem (Franco 1714, p. 46).

D. Duarte faleceu a 28 de novembro de 1576, aos 35 anos, sem geração.

O autor do manuscrito refere que a causa da sua morte foi a doença. Mas o seu falecimento não terá sido motivado por outras razões, como o afastamento e o abandono da corte, a hostilidade de D. Sebastião ou o esfriamento das relações com o monarca? Ou terá sido causado pelo surgimento de alguma melancolia, reflexo da influência negativa de Saturno, numa época em que estavam tão em voga os debates sobre o determinismo astrológico (Garin 1988)? Terá sido a solidão (a que ele não estaria, certamente, habituado) a causa do seu falecimento?

Em todo o caso, a construção do retrato modelar de D. Duarte poderá sugerir-nos outras reflexões, na medida em que parece integrar-se na moldura da afirmação e promoção de uma «santidade» da Casa de Avis.

Como já tem sido sublinhado por uma ampla bibliografia, a dinastia de Avis, que tem a sua matriz fundacional na escolha e não na sucessão de um rei, procurou legitimar-se «no ser e no parecer». De facto, várias fontes do século XV pretenderam transmitir a imagem, por razões de construção ideológica e de legitimação, de que a dinastia de Avis foi uma família exemplar, modelar e unida (Fonseca 1986, pp. 449-463; Fonseca 2003,

pp. 53-61). Por seu lado, Manuel Francisco Ramos sublinhou que, ainda que seja muito difícil aceitar a ideia de uma família unida (Ramos 2009, pp. 91-113), é consensual e até fácil admitir a ideia de família culta (Monteiro 1989, pp. 89-103) e, embora com algumas reservas, a de família *santa*. Contudo, será importante evocar alguns exemplos que parecem refletir o desenvolvimento de uma estratégia que tinha em vista a afirmação de uma «santidade dinástica». Segundo Armindo de Sousa (Sousa 1984, pp. 417-487), a historiografia construiu uma narrativa polarizada em torno da figura de D. João I que teria como propósito a promoção da exemplaridade do fundador da dinastia de Avis, a revelação de que foi um predestinado e de que a sua morte «coroou adequadamente uma vida providencial e deu início a uma vida de bem-aventurança perene» (Sousa 1984, p. 475).

Mas foi, talvez, em torno do corpo de D. João II que circularam mais rumores de «santidade», tendo mesmo a sua sepultura sido aberta várias vezes. Com efeito, como mostrou Maria de Lurdes Rosa, gerou-se «junto ao seu túmulo, em Silves, um movimento devocional», sustentado, em larga medida, pela fama da terra do seu sepulcro: por conseguinte, «em 1497, o Bispo do Algarve manda fazer uma inquirição aos ditos milagres, comprovando-se seis deles» e «D. Manuel não tarda a deslocar-se ao local», iniciando «uma série de acções destinadas a enquadrar o prodígio na tentativa mais global de engrandecimento da sua Monarquia» (Rosa 1997, p. 123). Em 1499, o túmulo foi aberto e o corpo foi achado incorrupto, tendo sido trasladado para o Mosteiro da Batalha (Rosa 1997, p. 123). De resto, as crónicas coevas não deixaram de outorgar o epíteto de *santo rei* para D. João II, sendo, assim, bastante evidente o uso de um discurso de contornos hagiográficos (Rosa 1997, p. 123).

Lembremos que, no século XVI, estava também já em curso um processo na Cúria romana com vista à canonização do infante D. Fernando, falecido no cativeiro, em Fez, como um mártir político (Santos 1927, pp. 134-142, 197-206; Santos 1930, pp. 20-28; Fontes 2000; Rebelo 2007; Rosa 2010, pp. 93-107; Billoré e Lecuppre, dir., 2019). Um outro exemplo de santidade na geração de Avis foi o da princesa D. Joana, filha de D. Afonso V, que viveu até à sua morte no Mosteiro de Jesus de Aveiro, e que acabaria por ser beatificada em 1693.

Mas a auréola de «santidade» coroou também outros membros da dinastia de Avis. Neste sentido, valerá a pena lembrar os casos da rainha D. Filipa de Lencastre († 1415), mulher de D. João I, que foi «desde os primeiros annos da sua vida inclinada a santos exercicios, crescendo com a idade a perfeição, de sorte, que forão as suas acções respeitadas como de Santa, deixando nellas huma singular idéa de Excellentes Princezas» e cuja vida foi um «exemplar da perfeição do estado conjugal» (Sousa 1744, pp. 220-222; Anjos 1999 [1626], pp. 174-175), coroada com a visão da Virgem Maria, de quem era devotíssima, por altura do seu trânsito, e de três dos seus netos: D. Filipa de Lencastre († 1493) e o cardeal D. Jaime († 1459) (Cardoso 1657, pp. 573-574), ambos filhos do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e de D. Isabel de Urgel, e a infanta D. Catarina († 1463), filha do rei

D. Duarte e de D. Leonor de Aragão (Cardoso 1652, pp. 404-405), que as fontes seiscentistas largamente elogiariam.

O cardeal D. Henrique (Granada 1906, pp. 367-397) e o seu irmão, o cardeal D. Afonso (Cardoso 1657, pp. 658-659), «corporizando» um alto exemplo de «prelados moldeares», como lemos nos textos que fixaram a sua memória em tónica hagiográfica, faleceram também em «odor de santidade». Por sua vez, o seu irmão, o infante D. Luís, mostrou vocação religiosa e

tratou de viver fôra como se estivera dentro da Religiam, determinou deixar o mundo, dentro do mundo [...]; vendêo suas ricas baixelas de prata, & suas fermosas tapeçarias, desfez-se de todas as joyas, & pessos de grande preço, servindose de estanho (que he notavel exemplo, pera confusã da vaidade deste tẽpo) tudo a fim de dar esmolos, & pagar suas dividas, & exercitarse na humildade, & sancta pobreza [...] Trazia cilicio junto da carne [...]. Eram os jejuns muy contínuos, & muy ordinarias as disciplinas (Franco 1714, p. 46).

De acordo com o Pe. Baltasar Teles, «fez o devotissimo Princepe a Deos nosso Senhor o holocausto de sua real pessoa, guardando d'ahi por diante hum modo de viver tam admiravel, que sendo Princepe secular, parecia hum Religioso sancto» (Teles 1647, p. 87). Pouco antes de falecer, retirou-se para Salvaterra de Magos, onde tinha fundado, em 1542, o Convento de Jenicó. Deste modo, o infante D. Luís «corporiza» um modelo de comportamento escorado no exercício das virtudes heroicas e de práticas espirituais e devotas, entre as quais se inclui a doação de várias relíquias que foram depositadas no Castelo de Belfer (Cardoso 1652, p. 323).

Por tudo isto, e tendo em conta a tónica que configura o retrato moral e espiritual de D. Duarte, parece-nos plausível equacionar que o seu alto exemplo se inscreveria nesta moldura e que, nesse sentido, muito contribuiria para a afirmação de uma *beata stirps*.

3. O caso de D. Duarte plasma a opção por um modelo de vida solitária, por escolha pessoal, para o qual contribuíram, como tentámos mostrar, várias circunstâncias. Em todo o caso, parece-nos legítimo equacionar se, tendo em conta a pauta comportamental de D. Duarte, na sua dimensão moral e espiritual, a literatura polarizada em torno do elogio da vida solitária ou a hagiografia não terão contribuído para essa decisão. Com efeito, o seu isolamento aproxima-o de outros altos exemplos, na linha da fuga da ambiência da corte, perspectivada em muitos textos como um golfo perigoso, como se a solidão voluntária constituísse um sinal da perfeição moral e espiritual. Em todo o caso, o retrato que as fontes respigadas nos legaram parece inscrever-se também numa moldura que passava pela promoção da «santidade» — ou, pelo menos, da virtude — de D. Duarte, refletindo a perenidade do prestígio do modelo de santidade nobiliárquica que muito enobreceria a Casa de Avis.

FONTES

Manuscritas

Relação da morte e exéquias do infante D. Duarte [manuscrito]. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. A.T./L. 95.

Impressas

ANJOS, Fr. Luís dos, 1999 [1626]. *Jardim de Portugal*. Ed., introd. e notas de Maria de Lurdes Correia FERNANDES. Porto: Campo das Letras. ISBN 972-610-232-4.

CARDOSO, Jorge, 1657. *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens illustres* [...]. Lisboa: na Officina de Henrique Valente d'Oliveira, tomo II.

CARDOSO, Jorge, 1652. *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens illustres* [...]. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, tomo I.

CASCÃO, João, 2023. *Relação da jornada d'el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora (1573)*. Ed. de Rui Manuel LOUREIRO, e Daniela Nunes PEREIRA. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve. eISBN 978-989-35136-6-8.

CRUZ, Fr. Bernardo da, 1837. *Chronica de Elrei D. Sebastião*. Ed. de Alexandre HERCULANO, e A. C. PAIVA. Lisboa: na Impressão de Galhardo e Irmãos.

Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI. Ed. José Hermano SARAIVA. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

FRANCO, Pe. António, 1714. *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espirito Santo de Evora do Reyno de Portugal*. Lisboa: na Officina Real Deslandesiana.

GRANADA, Fr. Luís de, 1906. Historia de las virtudes y oficio pastoral del Srmo. Cardenal Don Enrique arzobispo de Évora que después fue gloriosíssimo Rey de Portugal. Em: *Obras de Fr. Luis de Granada de la Orden de Santo Domingo*. Ed. crítica e completa por Fr. Justo CUERVO, O.P. Madrid: Imprenta de la Viuda e Hija de Gómez Fuentenebro, tomo XIV, pp. 367-397.

PICCOLOMINI, Enea Silvio, 2018. *Tratado de la Miseria de los Cortesanos*. Trad. de Diego López de CORTEGANA; ed. crítica, introd. e notas de Nieves ALGABA. Nova Iorque: Idea. ISBN 978-1-938795-48-0.

PINTO, Fr. Heitor, 1572. *Segunda Parte dos Dialogos da Imagem da Vida Christam*. Lisboa: João de Barreira.

RESENDE, André de, 2009. *Vida do Infante D. Duarte*. Em: *Obras Portuguesas*. Prefácio e notas do Prof. José Pereira TAVARES. Lisboa: Sá da Costa Editora, pp. 91-149.

SOARES, Pero Roiz, 1953. *Memorial*. Leitura e revisão de M. Lopes de ALMEIDA. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SOUSA, D. António Caetano de, 1744. *Agiologio Lusitano, dos Santos, e Varões illustres* [...]. Lisboa: na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, tomo IV.

SOUSA, Fr. Luís de, 1938. *Anais de D. João III*. Lisboa: Sá da Costa, vol. II.

TELES, Pe. Baltasar, 1647. *Chronica da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal. Parte II com o summario das vidas dos sereníssimos Reys D. João o III e D. Henrique Fundadores, e insignes bem-feitores desta Provincia*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de, 1998. *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*. Ed. de João PALMA-FERREIRA. Porto: Lello Editores. ISBN 972-48-1736-9.

ESTUDOS

- ANASTÁCIO, Vanda, 1998. *Visões de glória. Uma introdução à poesia de Pêro de Andrade Caminha*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I. ISBN 972-31-0807-0.
- ANGLO, Sydney, 1997. The Courtier: the Renaissance and Changing Ideals. Em: A. G. DICKENS, ed. *The Courts of Europe: Politics, Patronage and Royalty, 1400-1800*. Londres: Thames & Hudson, pp. 33-53. ISBN 978-0517435755.
- BILLORE, Maïté, e Gilles LECUPPRE, dir. 2019. *Martyrs politiques (X^e-XVI^e siècle). Du sacrifice à la récupération partisane*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes. ISBN 978-2-7535-7579-0.
- BROOMHALL, Susan, e Jacqueline VAN GENT, 2011. *Governing Masculinities in the Early Modern Period: Regulating Selves and Others*. Farnham: Ashgate. ISBN 9781409432388.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas, 2022. *Bosco Deleitoso*. Notícias de apresentação. Em: José Adriano de Freitas CARVALHO, Luís de Sá FARDILHA, e Maria de Lurdes Correia FERNANDES, ed. e notas. *Bosco Deleitoso. Anónimo do século XV*. Vila Nova de Famalicão: Edições Humus, pp. XXI-XLI. ISBN 978-989-755856-6.
- FONSECA, Luís Adão da, 2003. Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*. (0), 53-61.
- FONSECA, Luís Adão da, 1986. Una elegía inédita sobre la familia de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la Península Ibérica a mediados del siglo XV. *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona, (16), 449-463.
- FONTES, João Luís Inglês, 2000. *Percursos e Memória: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*. Cascais: Patrimonia.
- FOYSTER, Elizabeth A., 1999. *Manhood in Early Modern England: Honour, Sex and Marriage*. Harlow: Longman.
- GARIN, Eugenio, 1988. *O zodíaco da vida. A polémica sobre a astrologia do século XIV ao século XVI*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAGENDIE, M., [s.d.]. *La Politesse Mondaine et des théories de l'honnêteté, en France, au XVII^e siècle, de 1600 à 1660*. Paris: Librairie Félix Alcan.
- MELCHIOR-BONNET, Sabine, 2023. *Histoire de la solitude. De l'ermite à la célibatante*. Paris: PUF. ISBN 978-2-13-083637-7.
- MONTEIRO, João Gouveia, 1989. Orientações da Cultura da Corte na 1.^a metade do século XV — a Literatura dos Príncipes de Avis. *Vértice*. Nova Série, (5), 89-103.
- PEYREBONNE, Nathalie, Alexandre TARRÊTE, e Marie-Claire THOMINE, ed. 2018. *Le Mépris de la cour. La littérature anti-aulique en Europe (XV^e-XVI^e siècles)*. Paris: PUPS.
- RAMOS, Manuel Francisco, 2009. Os membros da Geração de Avis: amizades, inimizades e falta de exemplaridade. Em: Belmiro Fernandes PEREIRA, e Jorge DESERTO, dir. *Symbolon I. Amor e Amizade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 91-113. ISBN 978-972-8932-55-8.
- REBELO, António Manuel Ribeiro, 2007. *Martyrium et Gesta Infantis Domini Fernandi. A Biografia Latina de D. Fernando, o Infante Santo*. Lisboa: FCG; FCT; Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- ROSA, Maria de Lurdes, 2010. Do Santo Conde ao mourisco mártir: usos da santidade no contexto da guerra norte-africana (1415-1521). Em: Maria de Lurdes ROSA. *Longas guerras, Longos sonhos africanos: da Tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra, pp. 93-107.
- ROSA, Maria de Lurdes, 2004. Entre a corte e o ermo: reformismo e radicalismo religioso (fins do século XIV-século XV). Em: Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Temas & Debates, vol. I, pp. 492-495.

- ROSA, Maria de Lurdes, 1997. O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média. Em: 2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. III, pp. 83-123.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos, 1930. O Infante Santo e a Cúria Pontifícia. *Brotéria*. X, 20-28.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos, 1927. O Infante Santo e a possibilidade do seu culto canónico. Separata da revista *Brotéria*. IV, fascs. III e IV, 134-142 e 197-206.
- SANTOS, Zulmira, 1989. A presença de Petrarca na literatura de espiritualidade do século XV: o *Boosco Deleitoso*. Em: Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas. Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 91-108. Vol. V: *Espiritualidade e Evangelização*.
- SMITH, Pauline, 1966. *The anti-courtier trend in the sixteenth century French literature*. Genebra: Librairie Droz.
- SOUSA, D. António Caetano de, 1947. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, tomo III.
- SOUSA, Armindo de, 1984. A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica. *Lucerna. Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*. N.º extraordinário, 417-487.
- SOUSA, Luís Costa e, e Luís Falcão FONSECA, 2023. A tradução do tratado, o autor Diogo Álvares Correia e o mecenas D. Duarte duque de Guimarães. Em: Ana Paula AVELAR, e Luís Costa e SOUSA, coord. *O Livro de Valo. Um tratado militar português do século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 57-88. ISBN 978-989-26-2256-9.
- VAUCHEZ, André, 1977. «Beata stirps»: sainteté et lignage en Occident aux XIII^e et XIV^e siècles. Em: George DUBY, e Jacques LE GOFF, dir. *Famille et parenté dans l'Occident médiéval. Actes du Colloque de Paris, 1974*. Rome: École Française de Rome, pp. 397-407.
- VEGA RAMOS, María José, 2002. La mala soledad: acerca de la soledad en Pérez de Oliva y en los tratados sobre la miseria del hombre. Em: José María MAESTRE MAESTRE, Joaquín PASCUAL BAREA, e Luis CHARLO BREA, ed. *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico. Homenaje al Profesor Antonio Fontán*. Alcañiz-Madrid: Instituto de Estudios Humanísticos; Laberinto; CSIC, pp. 2419-2432. III. Vol. V: *Sociedad y humanismo*. ISBN 84-8483-158-2.